

## Uso criterioso desse espaço para crescer

Há dias atrás mostrávamos, em um comentário aqui publicado, que, em nossa opinião, qualquer possível retomada do crescimento econômico brasileiro no próximo ano, seguida da reabsorção da mão-de-obra desempregada, dependia menos de um ato de vontade do governo do que da ocorrência de determinadas circunstâncias favoráveis ao balanço de pagamentos.

Dizíamos aquilo a propósito da polêmica sobre planos ou programas de emergência e de possíveis estímulos governamentais a setores específicos da atividade econômica, como a construção civil. Na verdade, temos notado que de maneira um tanto discreta certos estímulos têm sido propiciados nos últimos meses. Mas não era, e não é aí que residem, de fato, as possibilidades mais concretas de retomada de um maior ritmo de crescimento econômico. Conforme demonstrávamos, tais possibilidades dependiam fundamentalmente da existência de uma razoável margem de segurança no balanço de pagamentos, que permitisse afrouxar um pouco as rédeas da economia sem novas ameaças de crise cambial, como aquela que tivemos no final de 1980.

Na última sexta-feira os jornais publicaram as declarações do ministro Delfim Neto em Foz do Iguaçu, que quase literalmente usava nossas próprias palavras: "Construímos o espaço para voltar a crescer" — dizia ele, acrescentando que "não há a menor dúvida" de que poderemos crescer à taxa de 5 por cento nos próximos anos sem problemas para o balanço de pagamentos. O ministro proclamava ainda que "o discurso vai mudar, porque já há espaço para mudar" e baseava essa nova postura no fato de considerar superado "o maior constrangimento externo", traduzido pelo déficit da balança comercial.

Mais uma vez o ministro nos surpreende, não porque tivesse trazido à luz fatos que desconhecíamos. Estávamos, também, prevendo que aquela margem de segurança no balanço de pagamento poderia efetivar-se, uma vez que o déficit em transações correntes neste ano será menor em termos nominais (e menor ainda em termos reais) do que o de 1980, e que esta tendência declinante do saldo negativo nas operações correntes parece em vias de consolidar-se nos próximos meses. O que não esperávamos é que o ministro revelasse tão cedo o seu otimismo em relação à questão. E não temos dúvida de que, partindo dele, tal prognóstico ganhará sabor de certeza absoluta, animando os espíritos.

Por isso encontramos-nos no dever de advertir a opinião pública, principalmente os empresários, de que essas luzes verdes no semáforo econômico devem ser apreciadas com moderação: não representam permissão para arrancar com os pneus queimando, tentando ganhar a dianteira, mas apenas para atravessar com prudência o cruzamento que ainda não está descongestionado.

As próprias autoridades no seu conjunto não devem estar plenamente convencidas de que "o espaço para voltar a crescer" está assegurado, e pelo menos duas propostas recentes revelam que ainda buscam meios de consolidar esse espaço. Uma delas seria a extensão dos incentivos à exportação para o setor comercial; e, a outra, a permissão para que as financeiras também captem recursos externos. Como se vê, procura-se prudentemente criar melhores condições para aumentar e consolidar o superávit comercial, bem como para garantir maior entrada de recursos financeiros. Tendo em vista a tendência de redu-

ta adotar essa solução, em vez de programas ou planos de emergência que, embora bem-intencionados, nunca se mostram muito eficazes nem recomendáveis, do ponto de vista técnico e econômico — apesar de se tornarem, em determinadas circunstâncias, obrigatórios do ponto de vista político.

ção do déficit em conta corrente, essa última medida reflete o desejo de elevar as reservas cambiais, que o ministro Delfim Neto considera suficientes e diz não pretender elevar. O susto do final do 1980 deixou seqüelas, porém, e provavelmente ninguém desejará partir para uma retomada do crescimento sem razoável garantia de que ela possa ser sustentada pelo balanço de pagamentos.

O importante, como vimos dizendo há tempo, teria sido e continua a ser, preservar o balanço de pagamentos de novas ameaças e continuar combatendo a inflação, mas dosando essa política de modo a evitar uma crise de recessão aguda e um avassalador problema social com o desemprego, quer dizer, na linha de conseguir vitórias significativas no terreno macroeconômico sem efeitos demasiadamente adversos no campo microeconômico.

Sabemos todos que durante o ano de 1981 a dosagem não foi muito equilibrada, e o próprio ministro Delfim Neto admitiu, pela primeira vez, que teve de fazer um "ajuste rápido na economia em 1981", ao falar em Foz do Iguaçu. O ajuste não apenas foi rápido como, em nossa opinião, demasiado intenso: "A política monetária — disse o ministro — foi feita para produzir o resultado que produziu". E o resultado, embora saudável para nossas contas externas e para a inflação interna, foi penoso para o parque industrial brasileiro, em termos de criação de capacidade ociosa, custos elevados e desemprego de mão-de-obra.

O que temos, portanto, como melhoria possível no horizonte mais imediato dos próximos meses é uma oportunidade de corrigir a dosagem aplicada, ou seja, eliminar gradualmente os efeitos adversos <sup>sem</sup> pôr a perder os resultados positivos. É por isso que o ministro fala em permitir mais crédito à pequena e média empresa, estimular o crédito ao consumidor e dinamizar alguns programas fundamentais: "Nós já temos condições — proclama ele — de permitir que vários setores de bens de consumo duráveis voltem a crescer".

Como a única solução real e definitiva para o problema do desemprego é o crescimento econômico positivo, talvez esse quadro geral — onde até as notícias sobre petróleo são favoráveis — permi-